

ATA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CIEA

No dia 28 de novembro de 2019 ocorreu a 69ª Reunião Ordinária da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA, no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, com os representantes abaixo relacionados. Após a verificação de *quórum*, Zanna Maria Rodrigues de Matos - SEMA cumprimentou a todos e apresentou a pauta da reunião com os itens: 1. Apresentação da pauta da 69ª Reunião e Aprovação da Atada 65ª, 66ª e 67ª e 68ª; 2. Avaliação dos Encaminhamentos da 68ª Reunião Ordinária da CIEA; 3. Devolutivas sobre o Encob e Encontro de Gestores Ambientais da Bahia de 2019 para a CIEA; 4. Fundo Estadual de Meio Ambiente: Funcionamento e possibilidades de acesso; 5. Apresentação da produção da CT de Águas e Unidades de Conservação – Proposta de recomendação; 6. Apresentação da produção da CT de EA no Ensino Formal – Proposta de recomendação; 7. Apresentação da produção da CT de Municípios – Proposta de recomendação; 8. Contextualização sobre o tema proposto pela CIEA para a Educação Ambiental em 2020; 9. Apresentação e defesa das propostas de temas das CTs; 10. EA no PPA 2020-2023; 11. Informes. Zanna Matos – SEMA iniciou informando que é a última reunião do ano de 2019, bastante intenso e tenso, mas todos estão aqui resistindo, a pauta de hoje está extensa e importante, com pontos de pauta que foram frutos de demandas da própria comissão e, além disso, das produções das câmaras técnicas que tem sido um trabalho bem interessante e bacana esse movimento que começou no âmbito das câmaras técnicas para dar vida a essas orientações, normatizações e o fluxo de orientações nessa missão de implementar a Política Pública de Educação Ambiental. Informou que o ponto de pauta referente às atas não vai acontecer, pois continua com problema de acúmulo de atas das reuniões anteriores, as atas estão imensas, esclareceu que ontem começou a revisar uma que passaram ante ontem e só essa tem 69 páginas, portanto solicitou que nas falas todos sejam bem objetivos, para ajudar a ter objetividade nessas atas, porque se não vai continuar com esse acúmulo de atas sem resolver. Esclareceu que a SECEX tem trabalhado intensamente para formulação das atas, mas está muito complicado, ainda mais com atas longas e falas grandes e inclusive vai socializar na coordenação de reduzir as atas antes de encaminhar para plenária. Sinalizou que Alice Cintra – Gambá solicitou um novo ponto de pauta relacionado à questão do problema do óleo nas praias baianas e queria colocar para apreciação na plenária, se todos concordam com essa inserção junto com as devolutivas do ENCOB, do Encontro de gestores, Encontro formativo e seminário da plataforma monitorar. A plenária concordou com a inserção. E com relação à confraternização o que será feito? Decidiu que vai avançar na reunião e depois irão fazer a confraternização na FENAGRO no Parque de Exposição.

37 Arruda – SEC pontuou que tem pensado em algumas coisas referente às câmaras técnicas
38 que possa entender qual o papel da CIEA quando se faz as recomendações. De um tempo
39 para cá muitas recomendações estão sendo feitas, umas já foram publicadas, outras estão
40 em processo. Mas é importante ter ciência de que tudo que é discutido no âmbito da CIEA
41 as pessoas que representam seus setores tem o dever de levar as ideias que são discutidas
42 aqui para seus ambientes e uma forma de levar isso é através das recomendações CIEA
43 que já foram publicadas. Então essa fala é para ratificar a importância de cada um, que não
44 fique somente com os órgãos, mas com toda pessoa da sociedade civil quando estiver lá
45 lembrar cada recomendação que saiu tudo isso tem uma importância enorme e a
46 importância de cada um compreender o papel que exerce na CIEA. Cada trabalho
47 desenvolvido pelas câmaras técnicas não é só uma exposição para a plenária da CIEA, mas
48 é uma ideia que deve fortalecer, enraizar lá fora no cotidiano de toda a sociedade.

49 Zanna Matos – SEMA passou para os encaminhamentos da última reunião, a maioria dos
50 encaminhamentos foram cumpridos, teve reunião da câmara técnica de municípios, a
51 câmara de ensino formal, só não teve a reunião da câmara de águas que não foi possível;
52 informou que não recebeu das câmaras técnicas os planos de ação e gostaria de ter isso
53 para também começar o ano de 2020 pensando nesse planejamento. Informou que a
54 Câmara técnica de município ficou de enviar o material para a plenária da CIEA dar o
55 retorno, porém eles não haviam finalizado ainda, então por isso não foi enviado para
56 apreciação da plenária. No que se refere à representação da CIEA na mesa de educação
57 ambiental o encontro de gestores aconteceu, Edimilson mediu à mesa de educação
58 ambiental. Então os encaminhamentos da última reunião foram todos encaminhados ou
59 cumpridos de alguma forma. As atas a coordenação vai fazer uma dinâmica, então Fábio,
60 Arruda, Zanna, Zé Carlos e Edimilson vão dividir as atas e cada um vai ficar responsável por
61 uma, para encaminhar antes para a plenária para vocês fazerem sugestões e alterações e
62 aprovar na primeira reunião de 2020.

63 Manoel Ailton – Comunidade tradicional pontuou que o ENCOB é o Encontro Nacional de
64 Comitê de Bacias Hidrográficas, aqui da Bahia foram 14 comitês de bacias que participaram
65 desse encontro. Esse encontro acontece anualmente e aqui na Bahia tem o Fórum Estadual
66 de Comitês de Bacias – FFCBH que é constituído por esses 14 comitês que discutem a
67 questão das águas dentro das bacias hidrográficas e o ENCOB ele reuni os comitês de
68 bacias institucionalizados de todo o Brasil. Só para ter uma ideia no Sul do Brasil os comitês
69 já tem mais tempo de criação e de discussão, a Bahia tem 14 comitês, até um número bom
70 por ser Nordeste, porém tem Estados que nem tem comitês institucionalizados e outros
71 como a Amazônia que é uma região cheia de águas só tem apenas um comitê de bacia
72 institucionalizado, por conta disso a discussão fica muito centralizada no Sudeste, São

73 Paulo, Paraná, Foz do Iguaçu, Minas Gerais. Esse ENCOB aconteceu em Foz do Iguaçu e o
74 próximo será em Londrina no Paraná, pois eles estão mais estruturados para receber,
75 porém a Bahia senti que dentro do ENCOB existe uma manipulação muito grande e a cada
76 dois anos tem a eleição para o Fórum Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas –
77 FNCBH, o qual é formado por comitês de bacias e entidades e normalmente na eleição
78 sempre fica instituições de São Paulo e Paraná e os comitês da Bahia acham muito elitista a
79 forma como é conduzido o processo, pois a Bahia é totalmente contra o que se está
80 precisando cuidar sobre as águas. Com isso Anivaldo Miranda que é o presidente do São
81 Francisco um Alagoano muito inteligente, ele já pleiteou o FNCBH e a Bahia apoiou, e uma
82 boa parte de Minas Gerais, justamente pela luta dele pelas águas e tem-se acompanhado
83 no São Francisco a tendência. Então o que quer dizer do ENCOB é que tem mudar a cara
84 desse encontro, a forma de como se trata a questão da água e das bacias hidrográficas
85 como unidade de planejamento, porque dentro da Bacia toda a economia gira em torno
86 daquelas águas.

87 Zanna Matos – SEMA pontuou que elencando com o Encontro formativo da ANA, com o
88 ENCOB, com o FBCBH, enquanto CIEA sugeriu no âmbito do FBCBH vocês poderiam
89 verificar a possibilidade da CIEA o ano que vem fazer o Encontro formativo nos moldes que
90 a ANA acabou de fazer de educação ambiental na perspectiva da contribuição de como os
91 comitês vão se organizar e colaborar na elaboração do Plano Nacional de Recursos
92 Hídricos que será renovado a partir do ano que vem, e se vocês deliberarem sobre isso no
93 âmbito dos comitês fica mais legítimo conseguir apoio inclusive da ANA. Seria interessante
94 isso sair no âmbito do FBCBH uma deliberação encaminhando para a SECEX para vê se
95 dessa forma consegue que a ANA apóie um encontro formativo aqui na Bahia com esse
96 caráter e a educação ambiental sendo o orientador dessa contribuição da Bahia para o
97 Plano Nacional.

98 Vanilton Santos – FETAG complementou que como tem Manoel Ailton que representa
99 também um comitê de bacia, mas existe representação aqui que tem relação com outros
100 comitês, falou que ele, por exemplo, tem relação com o presidente do comitê de Bacia do
101 Rio Corrente e do Rio Grande, então cada um que conhece um comitê poderia fazer essa
102 articulação para fortalecer o pleito, quando Manoel Ailton fizer a proposta no FBCBH.

103 Zanna Matos – SEMA pontuou que se todos fizerem articulação com os comitês que atuam
104 é muito bom. Esclareceu que ela já articulou com a presidente do CBH PIJ do Extremo Sul,
105 com o CBH Rio de Contas e disse que está socializando com todos, pois se acharem
106 interessante essa ideia, aí vocês articulam com outros comitês que têm atuação. Passou a
107 dar informe sobre o encontro de gestores, já que Edimilson não veio, esclareceu que vai
108 falar rapidamente como aconteceu, especialmente a mesa temática de educação ambiental.

109 No encontro tiveram cerca de 315 pessoas inscritas e 155 municípios representados, mas
110 acabou recebendo mais gente do que isso, pois muita gente se inscreveu na hora do
111 evento. Pontuou que foi um encontro bom no ponto de vista de representatividade e de
112 pessoas interessadas pelas temáticas que estavam sendo apresentadas ali, foi um primeiro
113 encontro e a ideia é que se tenha pelo menos um a cada ano, para a instituição de um
114 Fórum de Gestores Ambientais da Bahia. Essa discussão ainda vai perdurar, não foi
115 fechada nada durante esse encontro dado a necessidade de maturar esse formato. Foram
116 duas mesas temáticas uma relacionada à gestão ambiental compartilhada de um ponto de
117 vista mais amplo, onde tiveram representações e apresentações do Ministério Público e na
118 mesa temática de educação ambiental foi convidada a professora da UESB Cláudia Coelho,
119 Ex membro da CIEA e Renata Maranhão que foi Diretora de Educação Ambiental do
120 Ministério até o início desse ano e hoje está na ANA cuidando da parte de capacitação desta
121 agência. A temática abordada na mesa foi solicitado a elas que trouxessem um pouco da
122 evolução conceitual da educação ambiental, construção das políticas públicas no âmbito
123 nacional até chegar no Estado da Bahia e focar na ideia de um programa que existiu no
124 Ministério do Meio Ambiente durante um tempo, chamado Município Educador Sustentável –
125 MES. Também teve na mesa a fala do professor Fábio Barbosa trazendo as ações da SEC
126 que dialogam diretamente com o município e a fala de Zé Carlos pela SEMA , sendo a
127 mediação de Edimilson Nascimento. Claro que o tema educação ambiental, apesar do
128 interesse ainda se avalia que os municípios e gestores ficam aguardando algo no sentido de
129 receita e isso não foi dado durante a mesa temática, pois não foi o foco ao contrário o que
130 foi mais dito é que educação ambiental não se faz apenas dentro da escola, mas também na
131 praça, e em outros coletivos que não seja dentro do espaço formal. Pontuou que pretendem
132 nos próximos encontros ampliar mais o tempo e também dar espaço para que os municípios
133 apresentem suas propostas e experiências, pois têm municípios que fazem trabalhos
134 belíssimos com a participação social extremamente densa e intensa envolvendo todos os
135 segmentos, e Jacobina, Mirangaba são exemplos desses municípios. Falou que a ideia é
136 fazer esse encontro o ano que vem em maio, antes do processo eleitoral dos municípios, a
137 ideia é trazer a tona as experiências que a gestão municipal que tem muita coisa boa
138 acontecendo. O grande lance desses momentos é de aproximar mesmo a gestão ambiental
139 dos outros entes federativos, mas também do município.

140 Matilde Gonçalves– AMAM disse que o Encontro foi muito produtivo, foi representando o
141 município de Entre Rio, inclusive o Secretário estava lá, aproveitou e falou que isso é um
142 pedacinho do que tem que se fazer no município de Entre Rios, que não tem nem a lei de
143 educação ambiental que é uma coisa que bate na tecla no Conselho do Meio Ambiente de
144 Entre Rios. Pontuou que vê tantos municípios ali juntos, o que é muito difícil os municípios

145 se unirem e quererem a educação ambiental, principalmente ensino formal, foi um encontro
146 magnífico e disse que deveria ter mais tempo, pois viu que muitos municípios queriam
147 apresentar e ali era uma forma de realmente debater e discutir que os municípios já estão se
148 organizando e já tem novas ideias para se compartilhar.

149 Benadedth Rocha – UMBU disse que participou, juntamente com Rosa do Encontro
150 Formativo e pontuou que se está de longe de Brasília e se tem as notícias macabras nas
151 questões ambientais e na gestão ambiental federal e não faz ideia do quão pior estar. O
152 primeiro dia da oficina disse que quase fica com depressão, mas está tomando uma postura
153 que não vai se deprimir com quase nada e o mal está sempre a serviço do bem e repetia
154 isso durante todo o dia. A fala de Jaqueline quando a mesa começou foi muito pertinente
155 “sim mas quem está responsável pela Educação ambiental no âmbito Federal?” Todos
156 estão aqui no encontro formativo de Educação ambiental para a elaboração do Plano
157 Nacional de Recursos Hídricos, mas a quem vai se reportar depois disso? E não se teve
158 resposta. Tem Renata Maranhão que vai fazer as formações, mas é só isso, não se tem
159 mais nada no âmbito do Governo Federal e isso para os educadores é deprimente. Para
160 vocês terem uma ideia à coordenadora do Plano nacional de recursos Hídricos começou a
161 fala dela dizendo que primeiro ela não concordava com o tema educação ambiental e foi
162 difícil, as falas dos representantes do governo foram muito difíceis, para a sorte de todos, os
163 técnicos que vão colocar a mão na massa eram contraditórios a tudo que eles diziam e
164 concordavam com a plenária de que estava tudo muito errado. Disse que foi até
165 interessante participar do encontro formativo e de que a CIEA não pode perder a
166 oportunidade de estar nesses espaços, porque se a CIEA não estiver vai ser pior, então tem
167 que se fazer um esforço muito grande para acompanhar a elaboração desse plano nacional
168 de recursos Hídricos e ocupar os espaços, porque os gestores que estão na mesa e cargos
169 que vão passar eles não vão colocar a mão na massa, quem vai colocar a mão na massa
170 são os técnicos e se a CIEA participar os técnicos são sensíveis e irão ouvir e ponderar
171 contribuir de certo modo. Ainda mais apropriado o que Zanna falou tem que ser fazer um
172 esforço para que isso aconteça, para que não deixe que esse Plano Nacional de Recursos
173 Hídricos sem a contribuição da CIEA que pensa totalmente diferente desse governo que aí
174 está. Pontuou que na oficina no grupo que ela participou, eles falaram muito de como seria a
175 estrutura do plano e eles citaram o Aquífero Urucuia que fica no Cerrado baiano e onde está
176 lá o agronegócio acabando com tudo e eles nem citavam agricultura familiar. Nesse
177 momento ela disse que cobrou que incluí-se a agricultura familiar por ser 70% da
178 alimentação da mesa de todo cidadão vem da agricultura familiar e são esses agricultores
179 familiares que degradam as bacias hidrográficas, e disse que vê isso na prática e que eles
180 fazem isso porque não sabem outra forma de fazer, então aumenta a responsabilidade de

181 quem está aqui de fazer com que eles aprendam a preservar os recursos hídricos, até
182 mesmo pelo bem estar deles, porque se eles ficarem assoreando e soterrando as nascentes
183 eles são os primeiros a ficarem sem água e sem a produção deles. A Bahia é o estado que
184 em maior número de agricultores familiares e depois é Rio Grande do SUL e é necessário
185 atentar para isso. No final das contas o último dia a tarde foi o mais gratificante porque os
186 meninos da conferência infanto - juvenil mostrando e apresentando a primavera X que foi
187 maravilhoso e foi o que recuperou os ânimos, saber que os jovens estão fazendo e que
188 mesmo sem o apoio do Governo Federal que esses jovens com a ideia da Primavera X
189 ainda pode fazer a diferença e teve a fala de uma pessoa que incentivou a criação da
190 primavera X foi: “se nós temos que fazer sem dinheiro, se nós temos que fazer com que
191 temos e com as nossas expertises, nós vamos fazer!” Sugeriu que todos da CIEA
192 pesquisem o que é a primavera X é muito bom e disse que pensa que a CIEA deveria
193 pesquisar, se apropriar disso e começar a multiplicar isso nos municípios.

194 Zanna Matos – SEMA esclareceu que ano passado foi apresentado na CIEA à questão da
195 Primavera X.

196 Arruda – SEC complementou que na SEC todo ano dia 21 de setembro tem o Transforma É,
197 um dia que as escolas se mostram para as comunidades, então todas as escolas pegam
198 seus projetos e socializam, então nesse dia o ano passado foi proposto a eles uma ação da
199 Primavera X, criou em ação X tudo e passou para as escolas, então aquelas que já
200 desenvolviam alguma coisa sobre educação ambiental passaram através desse X tudo, que
201 na verdade também é a primavera X. Só que foi aproveitado o evento transforma É que já
202 esta no calendário das escolas e porque não colocar nesse dia um evento que trabalha as
203 questões sócio-ambientais.

204 Zanna Matos – SEMA passou a falar do seminário do lançamento da Plataforma Monitorar,
205 é um processo que a CIEA vem acompanhando desde o primeiro momento da oficina
206 nordeste que foi feita em março deste ano com articulação SEMA, SEC e outras instituições
207 lá do Litoral Norte, especificamente, do Município de Mata de São João, então foi realizada
208 lá a oficina nordeste, onde reuniu-se 08 Estados do Nordeste e a partir daí foram feitas uma
209 série de ações onde cada grupo desenvolveu planos de ação e essa produção de todos os
210 grupos também era fazer parte desse processo formativo que foi iniciado por esta oficina. A
211 oficina era para divulgar essa plataforma que está ainda em construção de avaliação e
212 monitoramento de políticas públicas em educação ambiental, elaborado pela ANPPEA –
213 Articulação Nacional de Políticas Públicas e Educação Ambiental que ao longo dos últimos
214 três anos vem trabalhando em cima disso. E a CIEA em Maio desse ano fez uma oficina
215 socializando com todas as dimensões desse monitoramento e agora em dezembro vai ser
216 seminário de fechamento de toda essa construção e lançamento dessa plataforma e

217 também lançamento de um dos produtos desse processo de construção que foi o ebook
218 sobre a avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil, aí
219 tem mais dois trabalhos escritos por um grupo aqui da Bahia, com representações inclusive
220 da Bahia um dedicado ao plano de ação que é esse processo continuado a partir da oficina
221 de março e um que a SEMA e a SEC escreveram especificamente, sobre uma tradução da
222 implementação da política de educação ambiental no Estado da Bahia a luz dessas oito
223 dimensões que foram definidas pela ANPPEA como dimensões importantes para avaliar as
224 políticas públicas de educação ambiental. Então seminário foi extremamente lindo,
225 emocionante, foi um dia inteiro de emoções à tona, todos sem exceção estavam presentes
226 ali em busca de um mesmo objetivo e todas as mãos que estiveram ali, mais de 100
227 pessoas estavam representando outras mãos que fizeram parte desse processo também,
228 mas todos estavam querendo estar juntos naquele momento e foi realmente um seminário
229 muito importante para fortalecer a luta da educação ambiental e fortalecer os espaços
230 colegiados sobre educação ambiental, fortalecer as universidades que trabalham com
231 pesquisas em educação ambiental que muitas vezes não são reconhecidas e fortalecer
232 todos os segmentos que lutam por esta política pública, mas que muitas vezes não é muito
233 bem entendida. Tiveram várias homenagens, uma para uma figura que para a educação
234 ambiental é muito importante que é Moema Viser, a qual começou lá atrás a puxar a
235 construção do tratado de educação ambiental para as sociedades sustentáveis. Esse
236 seminário foi um marco na história da linha do tempo da educação ambiental Brasileira,
237 claro que ele não finda aí em hipótese nenhuma, a plataforma ainda está em construção,
238 tem coisas que ainda precisam ser melhoradas e no próprio seminário foi verificado que
239 existem ainda desafios para dar continuidade inclusive a essa tão sonhada plataforma de
240 avaliação, porque tinha dificuldades de adentrar no universo da avaliação e do
241 monitoramento, porque diziam que educação ambiental era muito subjetiva e não tinham
242 dados quantitativos que medissem isso e hoje se consegue minimamente medir aquilo que é
243 extremamente subjetivo através das dimensões desses indicadores que estão indicados e
244 sugeridos aí como possibilidades de medir, então para a CIEA realmente é um marco muito
245 grande na história e linha do tempo da política Pública de Educação Ambiental no Brasil.
246 Pontuou que tinha muita gente da Bahia: da SEMA estava ela e Jamile, Fábio foi pela SEC,
247 professor Renato da UFRB, Rosa, Bernadedth e o município de Mirangaba, Tita do Inema,
248 Ana Odália do CBH PIJ. A plataforma está aí, cabe a CIEA se apropriar, então convida a
249 todos os membros da CIEA a visitarem e utilizarem a plataforma, aqueles que têm atuação
250 na gestão divulguem a plataforma para começar a utilizar como ferramenta de trabalho,
251 incluir as dimensões quando se estiver pensando em formular alguma política pública ou
252 programa de educação ambiental olhem para as dimensões da plataforma incorporem ela

253 como base para elaboração dos seus projetos e programas de políticas públicas. E como a
254 CIEA deve incorporar essa plataforma no planejamento da CIEA de atividade para o ano
255 que vem.

256 Alice Cintra – Gambá e como a CIEA pode incorporar esse plataforma nas recomendações
257 da CIEA, isso seria bem interessante. Disse que veio aqui hoje para trazer um assunto
258 bastante indigesto para o Brasil, para o Estado da Bahia e para o Nordeste, o Gambá vem
259 acompanhando a questão do vazamento do óleo nas praias e é muito triste o que está
260 acontecendo, desde agosto e não se tem ainda uma clareza, porque não foi divulgado, disse
261 que particularmente, tem certeza que já sabem a origem disso, mas isso não foi divulgado
262 até agora, então não se tem a clareza porque esse vazamento aconteceu e quem causou
263 esse vazamento e essas manchas de petróleo que estão contaminando todo o sistema
264 marinho, os manguezais, os corais, e toda a vida marinha e trazendo uma toxicidade para
265 as águas incrível, porque está entrando também pelos rios. Além disso, é um problema
266 imenso de saúde e que criou um desamparo para toda uma cadeia produtiva de pescadores
267 e marisqueiras que viviam disso, como a cadeia toda que está associada à função deles que
268 é de pesca, então é um problema imenso que se tem e não está sendo devidamente
269 veiculado pelos meios de comunicação e as informações estão muito truncadas e muitas
270 vezes equivocadas e contraditórias a ponto de se ter um presidente assessorado dizendo
271 que o peixe não vai ser contaminado, porque ele é sábio e foge das manchas. Quando se
272 chega nesse nível de informação veiculada a coisa fica muito difícil e com tudo isso o
273 Gambá vem acompanhando junto com outras instituições esse processo, tentando vê o que
274 é possível fazer e essa semana está sendo lançado um Manifesto que nessas alturas já está
275 com mais de trinta adesões e gostaria de trazer aqui para a CIEA esse manifesto e colocar
276 basicamente o que ele traz, primeiro ele contextualiza o problema do vazamento, depois
277 lança uma série de considerandos, ou seja, que não se está tendo uma divulgação
278 adequada do que realmente está acontecendo; que o Estado Brasileiro não tomou as
279 devidas providências desde o início, porque já sabia desde o início a coisa estava
280 acontecendo e não usou o plano nacional de contingência que está relacionados com
281 vazamentos de óleo; a situação foi de tal forma que mobilizou toda a população ribeirinha
282 que se voluntariou para fazer as limpezas das praias, muitas vezes com tecnologias mais
283 adequadas do que a própria Marinha; considerando que todos esses esforços de
284 voluntariados da população e de instituições que se prontificaram em fazer a limpeza e
285 apesar disso tudo esses esforços são insuficientes. A situação que se tem e não sabe-se
286 quanto de óleo ainda vai chegar; desamparo em relação a situação econômica e social
287 desse povo que vivia da pesca e conseqüentemente dos que compravam essa pesca com
288 dificuldades muito grandes; desinformação com problemas da saúde para quem teve

289 contato direto com o óleo. Então as coisas estão muito dispersas e desinformadas e não se
290 tem consistência com as informações. Foi criado na Bahia um Comando Unificado a partir
291 da SEMA para coordenar as ações das limpezas das praias, mas este comando está com
292 falta de comando para realmente orientar adequadamente todo esse processo. Além de tudo
293 isso, o destino que está sendo dado ao óleo recolhido ainda não está orientado
294 adequadamente e há casos que o óleo é recolhido e colocado ao lado do mangue, então
295 são coisas assim inimagináveis que estão acontecendo em relação a esse problema e o
296 poder Judiciário anda muito lento para acionar os poderes públicos e os responsáveis em
297 relação a isso e a dificuldade em receber e repassar informação é imenso, então estar se
298 vivendo um momento muito sério de contaminação nas praias brasileiras, tanto que já
299 chegou no Rio de Janeiro e não se deu a devida atenção e nem se pretende dar pelo que
300 parece. Então esse manifesto é para publicizar a extrema preocupação com esse crime
301 sócio ambiental que vem ocorrendo a cerca de dois à três meses exigindo o seguinte: real
302 transparência de informações de todos os níveis de governo sobre as providências e
303 investigações realizadas, as medidas de controle adotadas, além dos recursos aplicados;
304 declaração do estado de emergência em toda região afetada para minimizar os problemas
305 de saúde da população e a remediação necessária dos ecossistemas atingidos; apoio
306 efetivo e emergencial aos pescadores e marisqueiras com benefício assistencial, tendo em
307 vista a situação de subsistência e insegurança alimentar em que se encontram, além de
308 adequada análise da ampla divulgação da qualidade sanitária dos pescados e ambientes de
309 trabalho da pesca; ações educativas em todos os municípios afetados, para apoiar e
310 organizar a gestão de iniciativas emergenciais, incluindo a gestão de voluntários e
311 priorização e distribuição de trabalhos e contabilização de doações e resultados alcançados
312 para melhorar a atuação efetiva dos munícipes, tanto dos gestores públicos quanto dos
313 membros da sociedade; criação de subcomandos unificados temporários em cada município
314 a partir da identificação das articulações que surgiram em diferentes locais, com
315 estruturação de grupos nas localidades costeiras que envolvam lideranças e integrantes
316 dos diversos segmentos para realizar as ações educativas com base nos princípios da
317 educação ambiental, que necessariamente deve envolver : capilarizar as informações e
318 orientações seguras sobre limpeza das praias, estuários, manguezais e recifes e a
319 destinação adequada do petróleo retirado; promover a discussão com as comunidades
320 sobre informações contraditórias; promover debates e rodas de conversa com técnicos ,
321 especialistas e pesquisadores da temática; receber, organizar e distribuir os EPI'S
322 disponibilizados pelos órgãos públicos ou por doadores; receber doação de alimentos não
323 perecíveis; organizar bolsas a serem distribuídas para as famílias mais atingidas; auxiliar na
324 elaboração do cadastro pra incluir a população afetada; divulgar publicamente as

325 informações locais sobre a situação; exige-se também reconhecimento e fortalecimento das
326 tecnologias sociais adotadas no combate das manchas de petróleo que chegam no litoral
327 em especial nos estuários, manguezais e recifes; destinação de fundos existentes em
328 órgãos públicos para desembolso emergencial, imediato e desburocratizado a exemplo do
329 fundo de compensação que existe na SEMA para aplicar nas unidades de conservação já
330 que praticamente todo litoral baiano está em Unidade de Conservação, Apas e Resex, tanto
331 para pagamento de indenizações e subsídios as populações afetadas, quanto para
332 remediação dos impactos dos ecossistemas; apoio as Universidades e instituições de
333 pesquisa, para fomento a pesquisa e monitoramento permanente da situação de todo
334 ecossistema marinho costeiro, visando a busca de soluções para o destino do petróleo
335 retirado, para a remediação dos impactos ecotoxicológicos nos ambientes e produtos
336 marinhos, bem como outras possíveis alternativas para minimizar as contaminações; e por
337 último a suspensão de leilões de exploração do pré – sal até que fique clara a capacidade
338 da União e dos entes federados em lidar com os riscos associados ao incentivo da
339 exploração, comercialização e uso de combustíveis fósseis que seja claramente discutida a
340 destinação do valor percentual dos royalties relativos para a providências de compensação
341 de danos e isso tudo pensando na Justiça e nos direitos sócio ambientais. Esse manifesto
342 vai ser apresentado também amanhã no CEPRAM e está sendo encaminhado hoje para
343 Brasília na instalação da CPI do óleo que começou hoje na câmara de deputados e uma
344 professora da Universidade de Salvador está levando esse manifesto para solicitar essas
345 providências. O manifesto está aberto a adesões, ele foi elaborado pelo Gambá e pelo
346 departamento da UFBA. Informou ainda que a REBEA – Rede brasileira de Educação
347 Ambiental aderiu ao manifesto e disse que gostaria de incluir como adesão também a REBA
348 – Rede de Educação Ambiental da Bahia, mas hoje ela não está na reunião, então é preciso
349 ir atrás da REABA para perguntar se ela quer aderir ao manifesto.

350 Manoel Ailton – Comunidade Quilombola pontuou que hoje pela manhã encontrou uma
351 pescadora e ela informou que ontem e hoje está acontecendo aqui em Salvador uma
352 reunião de povos e comunidades tradicionais, promovido pela CESPECT – Comissão
353 Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais. E essa pescadora disse que não iria
354 participar da reunião hoje, pois deixou os filhos em casa sem ter nada para comer, porque
355 na região toda ninguém quer comprar os peixes contaminados, e ela vive da pesca e faz
356 parte da colônia de pescadores do Rio Vermelho e isso é um fato que está impactando
357 fortemente não só a questão dos mangues, como a questão social e econômica.

358 Matilde Gonçalves – AMAM disse que mora em Massarandupió, no município de Entre Rios
359 é uma área de praia, no dia 12 de outubro foi à praia e tinha umas manchas de óleo e um
360 fedor horrível e disse que no desespero por nunca ter visto aquilo pegou com a mão, sem

361 luva e sem nenhuma proteção e informou que a mão despelou toda, porque realmente era
362 uma grande quantidade. Disse que o município de Entre Rios por ter três praias e o
363 município de Massarandupió por ser de difícil acesso da vila para praia são 3,5 KM e carro
364 pesado não vai até lá. Disse que foram feitos seis mutirões de limpeza e esse óleo que
365 foram mais de 40 toneladas ficaram do outro lado do cordão de Dunas e as Big bags que
366 eles levaram para lá e estavam derretendo toda, ligava para o IBAMA, para o ICMBIO e
367 para o Corpo de Bombeiros e ninguém ia pegar o óleo retirado e esse óleo ficou 25 dias
368 aguardando ser retirado. Agora falando sobre os pescadores disse que tiveram reunião com
369 a Bahia Pesca e solicitou que eles fossem fazer o cadastramento dessas pessoas, a
370 semana passada foram lá e em Porto de Sauípe e cadastraram 180 pessoas, em
371 Massarandupió cadastraram 62 pessoas e em Subaúma cadastraram 210 pessoas, então a
372 Bahia Pesca junto com o Governo do Estado já estão fazendo o cadastramento só que os
373 pescadores imaginam que esse dinheiro vai sair logo, mas não é bem assim e eles estão
374 necessitando do dinheiro agora, pois os pescadores estão passando dificuldade. Informou
375 que a AMAM está arrecadando sextas básicas para dar a esses pescadores e marisqueiras,
376 pois a sobrevivência deles dependia da pesca e está tudo poluído e contaminado e eles não
377 têm de onde tirar dinheiro. Pontuou que realmente correu perigo, mas se eles da
378 comunidade não arregaçasse as mangas não acontecia.

379 Zanna Matos – SEMA então gente fica a questão, enquanto CIEA um coletivo o que pode
380 ser feito diante desse contexto trazido por Lilite e o que cabe a CIEA dentro das atribuições
381 e limitações é corroborar ou somar forças diante dessa problemática que é gigante e não
382 sabe até quando se perdura e isso é uma reflexão e questionamento para todos e joga para
383 a plenária para ser pensado isso enquanto coletivo e enquanto CIEA dentro dessas
384 propostas que foram apresentadas e sugeridas no manifesto.

385 Marivaldo dos Santos – Bioma Cerrado pontuou que participou de uma reunião essa
386 semana com um representante do Governo Federal no Parque de Exposição para falar
387 sobre garantir a safra e alguém perguntou ao representante do Governo Federal o que eles
388 estavam fazendo pelas pessoas ribeirinhas e pescadores? Ele ficou sem resposta e disse
389 que não sabia o que fazer e mandou procurar outros órgãos. Mas você está garantindo a
390 safra e peixe também é safra e chegaram a colocar a responsabilidade para o Governo
391 Estadual e o pessoal falou que era responsabilidade do Governo Federal, pois o mar é de
392 responsabilidade da Marinha, mas continuaram sem dar respostas.

393 Ana Cláudia Magalhães – Ensino Básico disse que acha interessante a CIEA como coletivo
394 poderia fazer um documento formal, manifestando em relação a essa demanda que é muito
395 grave e assustadora, e a vida humana e a vida marinha está vulnerável a essa
396 contaminação do óleo que é muito tóxico e as micropartículas que não se enxerga está na

397 areia. Então durante todo esse processo, não deve tomar banho de mar e não ter contato
398 com a areia, pois está tudo contaminado.

399 José Carlos Oliveira - DIEAS/ SEMA pontuou que conversando com Zanna ontem sobre
400 esse manifesto e também esse manifesto foi apresentado em uma reunião promovida pela
401 ASCRA – Associação dos Especialistas em Meio Ambiente da SEMA e do INEMA e disse
402 que a CIEA poderia sim sugerir isso a Secretaria do Meio Ambiente, pensando nessa
403 questão da violência provocada pelo crime ambiental do óleo, ele não se encerra apenas na
404 chamada retirada visível. Disse que representou a SEMA em uma reunião no Comando da
405 Marinha onde tinham representantes das três forças, do Corpo de Bombeiros, do Estado só
406 não estava a Bahia Pesca naquela reunião e a fala primeira foi no sentido de que há um
407 trabalho forte naquele momento com o descaso da atividade da União que tem mais força e
408 mais recurso, tem gente e do ponto de vista da responsabilidade é a primeira em relação à
409 adoção de medidas para manter a saúde da vida marinha. Informou que nesse evento falou
410 um pouco dessa sinergia, mas especialmente da sinergia da sociedade envolvendo todo o
411 voluntariado que tem participado nas ações e a questão é de agora em diante,
412 especialmente nas áreas de mangue onde todo aquele ecossistema costeiro acaba sendo
413 atingido de uma forma que não se sabe qual é no tempo o impacto sobre a vida animal e
414 vegetal ali, então existe a necessidade de um trabalho junto às comunidades de
415 intervenção, no sentido de verificar a relação das comunidades com seu ecossistema local,
416 ele vai ser invisibilizado, pois não vai ter grande mídia, mas a CIEA considera em fazer o
417 trabalho de Educação Ambiental associado a outras formas de intervenção do Estado e da
418 própria sociedade civil nesse momento se faz necessário e discutiu-se a necessidade de
419 parcerias, de buscar especialmente com Universidades em regiões ou que tenham no seu
420 escopo uma produção científica que possa ajudar a fazer essa intervenção nos municípios
421 costeiros especialmente, tanto de educação ambiental como também outras intervenções
422 que possibilitem a melhoria da vida daquelas comunidades, foi um conversa inclusive a
423 partir do que está colocado no manifesto. Informou que vai abrir um diálogo com o
424 Secretário nesse sentido, para verificar que tipos de parcerias de projetos que poderia fazer
425 e é claro que é interessante que a CIEA produza e aprove uma documentação com essa
426 sugestão também para a SEMA, fortalece essas intervenções, pois entende que precisa-se
427 de algo mais estruturante e trabalhado no tempo, porque o problema não se acabou.

428 Zanna Matos – SEMA pontuou que a sugestão dela é que a CIEA faça uma moção de apoio
429 ao manifesto sugerindo e solicitando ao secretário apoio da SEMA, exatamente nesse item
430 D e E do manifesto de ações educativas em todos os municípios afetados para apoiar e
431 organizar a gestão das iniciativas emergenciais, incluindo gestão de voluntários, pois tem a
432 vê com a jurisprudência desse colegiado e seria um retorno interessante. Disponibilizaram-

433 se a elaborar a moção de apoio Bernadedth, Rosa e Zanna e apresentá-la até o fim da
434 reunião para apresentar a plenária nos encaminhamentos.

435 Benadedth Rocha – UMBU pontuou que como trata-se de um problema muito grande não
436 deveria ficar apenas na mão do Secretário da SEMA, falou que é importante encaminhar
437 também ao Governador.

438 Miriã Caetano da Silva – SECEX ainda no ponto da questão do óleo, informou que amanhã
439 vai ter a reunião do CEPRAM e na próxima semana a reunião do CONERH que são
440 instâncias importantes também que se registre, até porque tudo é uma questão de
441 visibilidade, então o quanto se puder dar visibilidade ao que está acontecendo é melhor,
442 principalmente a essa questão da manutenção e a questão dos pescadores, porque esse é
443 um problema enorme também, como fica até o recurso sair. Então colocou que as pautas
444 são definidas previamente, mas dentro do que ocorrer é possível inserir essa moção até
445 mesmo porque vai ter apresentação sobre a questão do óleo nos dois Conselhos. E quem
446 quiser estar presente para colocar o que sair aqui hoje esse é um espaço que é possível, de
447 preferência aquelas pessoas que já estão com diárias e passagens possíveis, pois tem
448 membros aqui que ficam para esses Conselhos e salientou que a SECEX não tem mais
449 condições de trazer mais ninguém, pois a SECEX já está até dia 05/12 com toda condição
450 de diárias e passagens definidas e é quando o orçamento encerra e não se pode mais fazer
451 solicitação.

452 Matilde Gonçalves – AMAM perguntou se a CIEA não poderia fazer um ofício para a Bahia
453 Pesca perguntando como está a situação das marisqueiras e pescadores da liberação do
454 recurso.

455 Zanna Matos – SEMA passou para o próximo ponto de pauta referente à apresentação do
456 Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente, desde já agradeceu e pediu desculpas
457 pelo horário. Essa apresentação foi solicitada por demanda da Câmara Técnica de
458 Municípios que queria conhecer mais sobre o Fundo, por conta convidou a equipe que
459 dialogou sobre os desafios e possibilidades, além de tirar dúvidas dessa fonte de recurso
460 que se tem.

461 Fabiana Cavadas– COGEF passou a fazer a apresentação, juntamente com Mateus e
462 Gleidetania, explicou que a COGEF é a secretaria Executiva do Fundo Estadual de
463 Recursos Hídricos da Bahia - FERHBA, do Fundo Estadual de Recursos para o Meio
464 Ambiente - FERFA e da Câmara de Compensação Ambiental - CCA, gerindo a parte
465 orçamentária e financeira de patrimonial. Esclareceu que o trabalho da COGEF é nortado
466 pela Lei estadual 3.858/1980 que criou o FERFA, pela constituição estadual, pela lei
467 10.431/2006 que fala da política do Meio Ambiente e de proteção a biodiversidade que foi
468 alterada pela lei 12.377 e também pelo decreto 14.024 que regulamenta a Lei 10.431 e a lei

469 11.612. Explicou que o Fundo financia a execução da Política Estadual do Meio Ambiente e
470 de Proteção da Biodiversidade, prevista nas leis mencionadas a cima. O FERFA é composto
471 por um Conselho deliberativo composto por: 02 representantes da Secretaria do Meio
472 Ambiente – SEMA; 01 representante do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos –
473 INEMA; 01 representante da Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da
474 Bahia – CERB; 02 representantes do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM; 01
475 representante dos órgãos municipais de Meio Ambiente – ANAMA. O Conselho Deliberativo
476 tem as seguintes atribuições: Administrar o Fundo, definindo critérios para a gestão e
477 controle orçamentário, financeiro e patrimonial do Fundo, que serão exercidos pela SEMA;
478 Aprovar os planos anual e plurianual de aplicação dos recursos; Promover a captação e a
479 destinação dos recursos do fundo; Aprovar proposta de projetos considerados aptos na
480 análise preliminar da Secretaria Executiva; Apreciar e votar o orçamento anual e a prestação
481 de contas do Fundo; Acompanhar o desempenho do Fundo e apreciar os Relatórios e
482 balancetes anuais sobre as aplicações realizadas, elaborados pela Secretaria Executiva;
483 Apreciar os Manuais de procedimentos quanto à análise técnica, econômico, financeira e
484 socioambiental dos projetos a serem financiados pelos Fundos. No que se refere às
485 receitas: Créditos orçamentários que lhe forem consignados pelo Orçamento Geral do
486 Estado; Recursos destinados à gestão e preservação do meio ambiente e dos recursos
487 hídricos, na forma prevista no inciso III do artigo 1º da Lei Estadual nº 9.281, de 07 de
488 outubro de 2004, referente às compensações financeiras previstas no §1º do artigo 20 da
489 Constituição Federal, observado o percentual destinado diretamente ao Fundo Estadual de
490 Recursos Hídricos da Bahia – FERHBA, esclareceu que hoje existe outra lei que
491 estabeleceu 25% para o Estado para a Gestão do Meio Ambiente, assim o Fundo não
492 recebe esse recurso hoje por causa do percentual que foi destinado para o meio ambiente;
493 Os valores correspondentes às multas administrativas e condenações judiciais por atos
494 lesivos ao meio ambiente, 5% dos valores dessas multas vão para o Fundo, porém os
495 valores dessas multas estão sendo baixos; As doações, legados, subvenções e quaisquer
496 outras fontes ou atividades; Os recursos provenientes de acordos, convênios, contratos ou
497 consórcios. No que se refere às aplicações: Fortalecimento institucional dos órgãos
498 integrantes do SISEMA; Estudos e pesquisas; Elaboração e atualização do plano estadual
499 de meio ambiente; Ações de recuperação ambiental; Ações de reposição florestal; Medidas
500 compensatórias; Estudos para a criação, revisão e gestão das unidades de conservação,
501 mosaicos e corredores ecológicos; Projetos de desenvolvimento sustentável; Educação
502 ambiental; Ações conjuntas que envolvam órgãos do SISEMA e Execução dos instrumentos
503 da política (PEMA, PEUC, PEGC...). Esclareceu que o FERFA desde 2012 financiou um
504 total de R\$ 5.229.348,70. Na SEMA foi o FERFA que conseguiu lançar o Edital 01/2012 no

505 valor total de R\$ 660.000,00 e executou-se R\$ 511.039,96 para oito convênios firmados.
506 Este edital Seleção pública de Projetos de Educação Ambiental, para terem suas execuções
507 e o correspondente registro pedagógico, apoiados financeiramente pelo FERFA; Edital
508 02/2012 no valor total de R\$ 5.800.000,00 e executou-se 2.954.682,42 para cinco
509 convênios firmados e, além disso, teve nove convênios de demanda espontânea com um
510 total de R\$ 1.762.626,31. O índice de 2012 à 2018 de execução orçamentária do FERFA e
511 dar para perceber que de 2015 à 2018 houve uma baixa execução devido ao não repasse
512 de royalties, não ter recurso no Estado e os bloqueios de recursos para convênios e
513 projetos, então a COGEF só ficou com o acompanhamento dos projetos de 2012 e fazendo
514 prestação de contas. Explicou que o hoje em dia o Estado só pode firmar convênio através
515 do Marco Regulatório das organizações da Sociedade Civil – MROSC, por meio de Edital, ai
516 quando se demanda uma proposta para a SEMA, não que dizer que a instituição de vocês
517 vão ser contempladas, porque tem que lançar um edital e outras instituições concorrerem. O
518 MROSC tem como novidades: Regras mais claras para a execução das parcerias; Alteração
519 na relação jurídica entre o Poder Público e o Terceiro Setor; Procedimento de Manifestação
520 de Interesse Social – PMIS; Obrigatoriedade do chamamento público; Mudança no foco:
521 resultado x processo; Atuação em rede e custos indiretos; Comissão de Monitoramento e
522 Avaliação. No que se refere às legislação até 2014 tem a Lei federal 9.666/1993; Lei
523 Estadual 9.433/2005; decreto Estadual 9.266/2004 e resolução TCE/BA 144/2013, as quais
524 limitam e rege para fazer a licitação, convênios e que audita e acompanha e após 2014 tem
525 a Lei federal 13.019/2014 que fala do MROSC; Decreto federal 8.726/2016; decreto
526 Estadual 17.091/2016 que fala do MROSC e resolução TCE /BA 107/2018.

527 Matheus Sanches – COGEF complementou que a Lei federal 9.666/1993 e a Lei estadual
528 9.433/2005 são leis de licitação e contratos e o MROSC veio justamente para acabar com
529 isso, porque não se tinha um amparo legal muito grande sobre como executar convênios e o
530 MROSC veio para uniformizar tudo isso, então a partir de 2014 tem-se uma lei que trata
531 justamente das parcerias entre o poder público e o terceiro setor, pois os convênios valem
532 tanto para relações do poder público com o próprio poder público, quanto das relações do
533 poder público com o terceiro setor. Com o MROSC houve uma alteração na relação jurídica
534 entre o poder público e poder público continua sendo através de convênios, então todas as
535 regras de convênios continuam sendo utilizadas nessas relações; já as relações entre poder
536 público e terceiro setor passaram a ser geridas pelo MROSC que trouxe outros três
537 instrumentos para substituir o convênio nesses casos que seriam: o Termo de colaboração -
538 Instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela
539 administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de
540 finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que

541 envolvam a transferência de recursos financeiros; Termo de Fomento - Instrumento por
542 meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com
543 organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e
544 recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de
545 recursos financeiros; e Acordo de Cooperação - Instrumento por meio do qual são
546 formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da
547 sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não
548 envolvam a transferência de recursos financeiros. Esclareceu ainda que a COGEF
549 administra tanto o FERFA, o quanto o FERHBA e os recursos da Compensação Ambiental.
550 Informou que ainda não existe o Fundo de Compensação no Estado, porque até 2018 não
551 era permitido por lei ter fundo, existiam várias ações judiciais em outros estados que criaram
552 fundos para receber esses recursos da Compensação ambiental, por trata-se de um recurso
553 privado a Justiça entendia que o Estado estava internalizando esse recurso com a criação
554 de um Fundo. Com isso em abril de 2018 foi promulgada uma lei federal autorizando a
555 criação do Fundo federal de Compensação Ambiental e autorizando os Estados e
556 Municípios a criarem seus Fundos, então a COGEF está nesse momento de discussão para
557 a criação do Fundo de Compensação Ambiental, mas até o momento não existe esse Fundo
558 e o recurso fica na mão do empreendedor, pois juridicamente o recurso da compensação
559 ambiental é um recurso privado e não um recurso público e a obrigação da compensação
560 ambiental é uma obrigação de fazer e não de pagar.

561 Fabiana Cavadas– COGEF complementou que antes as instituições não poderiam ter outras
562 parceiras para execução, isso era vedado até pela resolução do TCE e hoje a MROSC traz
563 esse link de poder ter atuação em redes ou outras pessoas envolvidas no local podem
564 participar e executar junto e a maior que concorreu pode ajudar a entidade pública a
565 fiscalizar e prestar contas.

566 Matheus Sanches– COGEF encerrou a apresentação informando que todas as informações
567 sobre o FERFA, FERHBA e CCA estão disponíveis no site da SEMA.

568 Marivaldo – CET questionou se nessa lei alguém que faz parte de alguma entidade pode dar
569 assessoria recebendo também pelo projeto?

570 Matheus Sanches – COGEFE esclareceu que o pessoal da entidade pode sim, uma das
571 vedações que a lei traz é que não pode ser funcionário público.

572 Jorge Farias – ABENFAC complementou que inclusive o próprio dirigente da instituição ele
573 pode ser remunerado como coordenador do projeto que esteja em curso e anteriormente
574 não podia.

575 Vanilton Santos– FETAG com relação aos editais em 2012, informou que ele participa de
576 uma instituição que foi selecionada em 14º lugar, mas não foi executado, pois só foram oito
577 projetos conveniados. Teve-se uma conversa que teria um banco de projetos e queria saber
578 como isso funciona na prática.

579 Alice Cintra– Gambá perguntou quanto tem de recurso no FERFA hoje? E se tem alguém
580 que está sendo beneficiado, quem? Quando se fala que o Estado precisa investir mais
581 recurso, fala-se de quem, pois Estado é uma coisa muito etérea. Solicitou que fosse
582 lembrando qual a composição do Conselho deliberativo, como ele é escolhido e se tem
583 representação da sociedade civil?

584 Bernadedth Rocha – UMBU perguntou se tem a possibilidade de haver repasse para os
585 municípios fundo a fundo, se não existe lei para isso? Sugeriu que se empreendam esforços
586 para criar, porque ficar o dinheiro parado e os municípios querendo fazer e sem recurso. E
587 na maioria dos municípios acredita não tem dotação orçamentária para a educação
588 ambiental. A maioria das coisas que se faz no município é usando a compensação
589 ambiental, coloca o empreendedor para assinar termo ele oferece serviço, o instrumento e o
590 recurso que se precisa e o município faz junto com o apoio do empreendedor.

591 Joás Brandão – GAP perguntou quem Fiscaliza o FERFA? Pontuou isso, pois tem um fundo
592 na Chapada Diamantina e ninguém sabe para onde vai.

593 Jorge Farias – ABENFAC perguntou se existe no Fundo alguma previsão de sair editais
594 voltados para a questão de educação ambiental no ano que vem?

595 Fabiana Cavadas– COGEF – esclareceu que referente ao Banco de Projetos, no exercício
596 de 2012 tinha essa proposta mesmo, de que aqueles convênios que não foram
597 contemplados, depois eles seriam chamados em outra instância para poder ajustar junto
598 com a Diretoria de Educação Ambiental da SEMA e buscar recurso para poder apoiar. Hoje
599 a SEMA não tem esse banco de Projetos para dar continuidade, mas a COGEF está na
600 busca de projetos e de propostas, a SEMA vem trabalhando isso, conversando com outras
601 áreas na busca de projetos para lançar os próximos editais, inclusive de educação
602 ambiental.

603 Zanna Matos – SEMA informou que tem a memória dessa época e complementou que
604 alguns projetos que estavam no Banco de Projetos tentou-se conveniar a partir do edital
605 01/2012, com comunidades indígenas e não foram para frente por questão das
606 organizações e das papeladas das próprias comunidades indígenas não deu certo o
607 convênio.

608 Fabiana cavadas– COGEF esclareceu no que se refere ao orçamento disponível no FERFA
609 hoje é R\$ 282.000,00, é um orçamento baixo e tem um valor a ser repassado para um
610 convênio com a Universidade da UESC que está em conclusão no valor de R\$ 60.000,00 e
611 além desse valor utiliza para fiscalizar os outros projetos e a prestação de contas. Então o
612 orçamento é muito baixo, e o fundo não vem recebendo os royalties desde 2015 e a
613 arrecadação do INEMA também vem sendo baixa, esta trabalhando agora com o recurso da
614 reposição florestal, que também tem destinação específica. Quanto a quem precisa se
615 comprometer a colocar o dinheiro no Fundo, sinalizou que tem as receitas dos fundos dos
616 royalties que não está sendo repassado, isso depende de uma esfera maior que é o
617 Governador junto com a SEFAZ; tem o recurso que pode receber do fundo Nacional do Meio
618 Ambiente; 5% de recurso referentes às multas, o que é pouco. O FERFA é fiscalizado pelo
619 TCE e o Conselho. O TCE, por exemplo, questionou a SEMA abaixo execução, por questão
620 de proposta e demanda que não vem executando. No que se refere à composição são: dois
621 representantes da SEMA, 01 representante do INEMA, 01 representante da CERB, 02
622 representantes do CEPRAM e 01 representante da ANAMA. No que se refere à escolha é
623 encaminhada para a SECEX ofício solicitando indicação dos representantes, os atuais
624 representantes do CEPRAM são: João Lopes e Luiz Vitor Marsala. Informou que 09/10 teve
625 uma reunião do FERFA onde foi apresentado a prestação de contas e o relatório de
626 execução e acompanhamento de convênios e também foram apresentados alguns projetos
627 que foram propostos para o FERFA para poderem ser financiados, que foi o projeto
628 cajazeiras árvore da cidadania, o projeto farmácia escola e o projeto Guia de Manejo do
629 Agro - ecossistema do cacau da cabruca. E tem o projeto que foi aprovado o ano passado
630 que foi de espécie ameaçada, que já está em nível de conclusão do TR e encaminhando
631 para PGE para lançar edital de espécies ameaçadas.

632 Matheus Sanches– COGEF pontuou que os recursos obrigatórios do Fundo são poucos, se
633 consegue um montante maior quando tem propostas de editais, então isso tem que ser uma
634 política de governo, e a sociedade civil tem que pressionar o Estado para fazer esses
635 editais, pois a receitas obrigatórias do Fundo não são suficientes para abarcar nenhum
636 edital. Esclareceu ainda, que o FERFA foi criado em 1980 e na época ficou junto com o
637 CRA, então o recurso do Fundo era para apoiar as ações do CRA/INEMA, porém depois
638 isso separou por causa de um dispositivo da constituição estadual que diz que o Fundo é do
639 órgão gestor da política do meio ambiente, ficando com a SEMA e o INEMA ficou com
640 atribuição do órgão executor, só que o INEMA ficaria com um desfalque muito grande se
641 pegasse todo o valor das multas e passasse para o Fundo, diante disso a saída do
642 legislador foi deixar 95% do recurso das multas para o INEMA para apoiar as ações do
643 órgão e destinou 5% para o FERFA para apoiar projetos na área ambiental.

644 Zanna Matos – SEMA solicitou esclarecer com essa nova legislação do MROSC como ficou
645 a relação com as Universidades, pois antes poderia ser feito convênios, ainda hoje é feito
646 assim ou existe outras possibilidades além do convênio?

647 Fabiana Cavadas– COGEF a relação com as Universidades ainda se dar por convênio
648 quando se trata de recursos do FERFA, assim como empresas públicas acontece da mesma
649 forma

650 Alice Cintra – Gambá perguntou se existe alguma possibilidade do Conselho Deliberativo
651 tratar de situações emergenciais, como por exemplo, a do óleo na praia?

652 Matheus Sanches – COGEF pontuou que essas são aplicações previstas na lei para
653 utilização no FERFA, então teria que encaixar em uma dessas, seria enquadrada em ações
654 de recuperação ambiental, mas ai teria que seguir todo o processo do MROSC que foi
655 explicado anteriormente.

656 Fabiana Cavadas– COGEF complementou que nesse caso o que pode ser feito é o FERFA
657 passar recurso para a SEMA, se a SEMA tiver uma proposta para a questão do óleo, o
658 Fundo pode descentralizar o recurso para fortalecer aquele projeto, como já foi feito com a
659 CERB e com o próprio INEMA e a SEMA que já precisaram em determinado momento e o
660 recurso foi descentralizado e isso foi por ad referendum.

661 Zanna Matos – SEMA complementou que o fluxo não é simples, é necessário chegar uma
662 proposta escrita por algum lugar da SEMA ou do INEMA para ser encaminhado e submetido
663 ao Conselho Deliberativo, então precisa existir algo e sistematizado em forma de proposta
664 de projeto. Essa proposta se abraçada pela SEMA ela pode encaminhar para o FERFA
665 para dentro das regras do Fundo executar aquele recurso dentro do previsto pelas regras.

666 José Carlos – SEMA pontuou que falando no universo, tudo do óleo agora foi emergencial e
667 não foi pouco recurso, foi trabalhado com milhões na questão do óleo, é porque se pensa
668 que o trabalho, os EPI'S adquiridos, as horas extras dos funcionários, aluguel de um
669 helicóptero, um avião isso tudo gera custo, é porque todo mundo olha para a retirada do
670 óleo ali, a situação é bem mais complexa. Ao mesmo tempo teve outra urgência a do Bahia
671 Sem Fogo que por causa das queimadas, especialmente na Região de Barreiras e de Rio
672 de Contas foi outro recurso que a SEMA não tinha e por isso teve recurso retirado de todo
673 lugar para conter os incêndios, então foi tudo ao mesmo tempo nesses últimos seis meses.
674 Nessa semana o INEMA começa a fazer a retirada já acondicionado e isso também gera um
675 custo, mas que não está se vendo, se vê o custo que é mostrado na televisão. As pessoas
676 que foram contratadas além dos voluntários é um custo que não se vê. Então nesse caso

677 nem precisa olhar para o FERFA, pois ele fica pequeno para as necessidades que
678 aconteceram por conta do óleo.

679 Miriã Caetano da Silva – SECEX no que pode falar pela SECEX é está aumentando o
680 número de reuniões da CT Recursal e isso significa processos findados para a execução
681 das multas que tem uma relação direta com o que vocês estão falando, então este ano vai
682 ser apresentado nos Conselhos como essas câmaras técnicas estão reunindo e qual o
683 planejamento para o próximo ano, e isso tem uma relação direta com a arrecadação das
684 multas. Esse ano já teve um número bastante significativo de processo que efetivamente
685 vieram do INEMA para a CT Recursal e a plenária do CEPRAM decide na maioria das vezes
686 mantém essas penalidades, é claro que existe uma queixa por uma defasagem de anos
687 anteriores, quem frequenta as reuniões sabem disso, se trabalha com processos 2010, 2011
688 e isso dar uma sensação não só de punição como também de atraso, mas a SECEX está
689 atenta tanto que se tem no planejamento um número bem maior de reuniões da recursal
690 para o próximo ano e conseguiu encerrar o ano com todos os processos apreciados por
691 câmaras técnicas e isso tem uma relação direta, ou seja, a projeção e o planejamento é que
692 se melhore e ai tem toda uma máquina funcionando e a equipe também que tem que está
693 organizando e mantendo o mais atual possível esta questão de arrecadação.
694 Complementou que pode afirmar isso, o que chegou a SEMA vindo do INEMA do ponto de
695 vista das penalidades de multas foram examinados pelas câmaras e terminou o ano com
696 processos apreciados e já se tem um planejamento de quase 200 processos para 2020, que
697 a SCEX pretende dentro de uma programação para findar o ano e tem uma relação direta
698 com a arrecadação.

699 Joás Brandão – GAP perguntou se as vindas dos representantes da sociedade civil para
700 participarem da reunião é esse Fundo que banca?

701 Zanna Matos – SEMA esclarece que não, é um recurso destinado pelo planejamento da
702 SECEX para os Colegiados Ambientais e estruturas colegiadas. Aproveitou e agradeceu a
703 COGEF pela disponibilidade de esclarecer sobre o FERFA, pois de fato é muita dúvida que
704 se tem e a melhor forma é democratizando essa informação e isso vai construindo e
705 fortalecendo também o trabalho da COGEF.

706 Miriã Caetano da Silva – SECEX primeiramente pediu desculpas sobre as atas, a SECEX
707 realmente não conseguiu atingir o que se pretendia, que era trazer para esta reunião todas
708 as atas, não por falta de dedicação, pois parece ser simples, mas não é simples a
709 degravação a leitura e depois se certificar de que tudo que foi dito está contemplado na ata
710 e pontuou que sempre diz a Zanna o quanto é importante a leitura da coordenação da CIEA
711 e a SECEX acha importante registrar nas atas tudo que os membros apontaram na reunião.

712 E realmente a SECEX está trabalhando para atualizar as atas, mas não é fácil, pois existem
713 outros colegiados também. A outra questão refere-se ao Regimento da CIEA, o processo
714 encontra-se na SEC, explicou que havia um despacho no processo tratando de um inciso
715 específico e que foi esclarecido que aquele dispositivo seria mantido e a outra questão foi
716 sobre a Secretaria Executiva que ao que parece a plenária já havia discutido essa
717 alternância, mas na hora da publicação houve um questionamento sobre a SEMA e a SEC,
718 diante disso a SECEX despachou o processo para a SEC e disse que fez a pesquisa na
719 legislação de quantas vezes é citada essa alternância de gestão e coordenação e em razão
720 disso teria uma alternância de assistência a essa gestão e a essa coordenação, muito
721 embora nos últimos anos ela vem sendo feita exclusivamente pela SEMA. Ainda assim, no
722 despacho solicitou que a SEC retorne o processo para que se publique o regimento e deixa-
723 se que essa discussão avançasse, mas até ontem a SEC não devolveu o processo e
724 provavelmente o regimento será publicado após o retorno da SEC. Seria interessante para
725 SECEX que nessa questão da alternância pelo menos a SEC ficasse responsável pela
726 questão da ata, pois esta é uma demanda enorme.

727 Bernadedth Rocha – UMBU agradeceu e elogiou o trabalho de Josdenildo – SECEX junto a
728 CIEA e disse que todos estão sendo muito bem cuidados.

729 Arruda – SEC quanto à questão do regimento está na SEC, pontuou que existe alguns
730 entendimentos da Secretaria a respeito desse tema, primeiramente foi um erro material não
731 ter colocado a questão das representações por bioma, isso já foi sanado e a outra questão é
732 a alternância da Secretaria Executiva pela SEMA e pela SEC, já foi falado anteriormente
733 isso, a SEC não tem equipe para fazer esse trabalho, e a equipe para atender todo o Estado
734 e hoje só tem Fábio e ele dentro dessa coordenação que existem outras temáticas, então
735 não teria com tantas demandas a SEC responder por mais uma e por um entendimento
736 pessoal da SEC se vê que muitas dessas atribuições que são da SECEX/SEMA no
737 momento não podem ser assumidas pela SEC. Então esse entendimento está sendo tratado
738 dentro do núcleo de atos da SEC e eles certamente irão responder e são eles que tem a
739 expertise jurídica para estar respondendo isso. Enquanto isso tem que aguardar a resposta
740 desse núcleo.

741 José Carlos – SEMA o que está acontecendo no país em relação aos retrocessos e
742 desmonte na política ambiental é claro, mas neste momento também está acontecendo
743 processos de armações para criminalizar pessoas, organizações, informou que divulgou no
744 grupo da CIEA um manifesto assinado pelos diversos conselhos que representam
745 comunidades indígenas, sindicatos de trabalhadores rurais, associações ambientalistas,
746 especialmente, da região do Pará repudiando a prisão dos brigadistas da região de Altas do
747 Chão e está muito claro que o bolsonarismo está utilizando disso. Este manifesto está

748 pedindo o apoio e atenção de todos, pois este é um processo de enfrentamento muito
749 grande nacional. Mas do ponto de vista da sociedade, as notícias e acontecimentos chegam
750 das diversas formas, a grande mídia lógico está jogando ao lado do governo e é necessário
751 que a sociedade olhe com cuidado, atenção e solidariedade nessa questão.

752 Passou-se para a apresentação das propostas das câmaras técnicas.

753 Arruda – SEC apresentou as proposta da câmara do ensino formal, a CT fez duas
754 recomendações que serão necessárias a atenção de todos para vê se tem a capacidade de
755 prosseguir. Primeiramente apresentou a proposta número 6, referente à questão de sugerir
756 um tema para jornada pedagógica seguir pelo ano tanto no âmbito estadual, quanto no
757 municipal. Pontuou que a CIEA precisa fazer seus instrumentos serem divulgados e
758 colocados em prática, ou seja, é um dever da CIEA tratar das questões da educação
759 ambiental, não cabe só ao estado fazer isso, cabe a sociedade civil se argüir desse direito e
760 ir atrás.

761 Zanna Matos – SEMA colocou para votação à recomendação nº 6 produzida pela câmara
762 técnica de ensino formal em que propõe como tema gerador para ser trabalhado no
763 calendário do próximo ano educação ambiental, resíduos sólidos, governança, tratamento e
764 reuso e a plenária aprovou a recomendação nº 6. Aproveitou e pontuou a importância que
765 todos usem, repassem a diante todos os documentos que são gerados pela CIEA e
766 produzidos pelas câmaras técnicas.

767 Arruda – SEC passou a lê e apresentar a recomendação nº 5 que se refere à
768 recomendação de aspectos essenciais a serem contemplados na formação de professores
769 de educação básica, tanto inicial pelas instituições de educação superior públicas e
770 privadas, quanto continuada pelas secretarias Estaduais e municipais de educação e
771 instituições públicas e privadas do Sistema Estadual do Ensino da Bahia.

772 Matilde Gonçalves – AMAM pontuou que quando a câmara estava fazendo essa
773 recomendação, Solange foi muito enfática em relação aos conteúdos, porque às vezes os
774 municípios não têm uma linguagem muito clara, e por isso a câmara tentou colocar a
775 recomendação com uma linguagem mais clara possível, para que os municípios pudessem
776 compreender melhor o conteúdo da recomendação.

777 Bernadedth Rocha – UMBU pontuou no item 5 já que foi colocado resíduos sólidos e
778 recursos hídricos, sugeriu que deveria ser inserido/acrescentado outros tais como: unidades
779 de conservação, alimentação saudável, segurança alimentar e nutricional, uso adequado do
780 solo, história e identidade territorial, justiça ambiental, esses são temas necessários de
781 serem abordados, ao invés de só deixar entre outros. E trocar recursos hídricos por gestão
782 das águas.

783 Zanna Matos – SEMA salientou que está entendendo, que essa recomendação é para a
784 formação e esta recomendação está trazendo vários temas gerais que essa formação dos
785 professores eles vão ter que propor intervenções sócio ambientais que favoreçam a essas
786 políticas públicas, tem outras que estão atreladas a essas temáticas e se for detalhar todos
787 os itens que todos os temas relacionados a política do meio ambiente, a política de recursos
788 hídricos e a de resíduos sólidos, política de educação ambiental e pontuou que a idéia não é
789 essa, dentre outros dar a possibilidade de abarcar mais coisas a depender da vertente de
790 cada município. Após considerações a recomendação nº 5 foi colocada em votação e foi
791 aprovada pela plenária.

792 Passou-se para a apresentação das propostas da Câmara técnica de águas.

793 Manoel Ailton – ACOMQST esclareceu que a Ct águas iria se reunir ontem, porém Breno
794 que é um dos membros dessa câmara ficou com todo o material da última reunião que foi o
795 formulário das políticas de educação ambiental direcionada para os comitês de bacias e
796 também para as UC'S e próximo a reunião ele disse que não ia poder participar e Tita não
797 poderia também e ai solicitou o adiamento da reunião da Câmara e falou que na próxima
798 reunião apresenta.

799 Passou-se para a apresentação das propostas de Municípios e territórios.

800 Bernadedth Rocha – UMBU informou que Alice Cintra havia feito umas contribuições e
801 enviou por e-mail e ontem teve a reunião da Câmara de municípios e territórios, porém
802 houve alguns problemas de última hora o Edimilson não pode vir por causa da doença do
803 pai e falou que ela também não pode participar porque teve problemas no trabalho e
804 justamente as duas pessoas responsáveis pela coordenação da câmara faltaram, diante
805 disso Vanilton e Jorge olharam as contribuições de Alice Cintra, revisaram o texto e hoje a
806 câmara já conversou e ajustou que a recomendação da Câmara está pronta, porém precisa
807 terminar de ajustar o texto e porque foi decidido também que a câmara que publicar como
808 recomendação da CIEA e querer encaminhar ao CEPRAM para apreciação, para
809 posteriormente eles publicarem como resolução, até mesmo para fortalecer o trabalho da
810 CIEA e não ficar o tempo todo trabalhando e só mandando resolução para o CEPRAM
811 aprovar e parecendo que é trabalho só deles. Comprometeu-se a amanhã ficar aqui, para
812 consertar esse texto e já deixar na coordenação da CIEA e entregar o planejamento da
813 câmara que também já está pronto.

814 Zanna Matos - SEMA pontuou que essa recomendação só vai ser deliberada na primeira
815 reunião de 2020, então a coordenação da CIEA vai encaminhar para todos por e-mail,
816 estipular um prazo para considerações e sugestões.

817 O próximo ponto de pauta refere-se à apresentação da educação ambiental no PPA 2020-
818 2023.

819 Ely Pimenta – SEPLAN pontuou que antes de começar, que a planilha encaminhada por
820 Roberto – SEPLAN. O sistema de planejamento está estruturado no SEPERJ, então tem a
821 Secretaria de Planejamento responsável pela coordenação dos planos tanto o plurianual,
822 como a LDO e a LOA, e esses planos são instrumentos legais de planejamento. Há dois
823 anos a SEPLAN observando a qualidade dos serviços colocados à disposição, ouvindo a
824 sociedade que recai na qualidade do planejamento, então se montou um plano mestre de
825 capacitação, no qual todos podem participar desses cursos e se passou do sistema estadual
826 que é legal e instituído e que determina que a SEPLAN coordene o planejamento ouvindo o
827 governador para a Gestão estratégica, foi um salto do olhar orçamentário para um olhar de
828 política pública. Informou que os instrumentos legais devem ter acesso público a todo
829 cidadão e se faz necessário que todos saibam como encontrar esses materiais, pois esse
830 trabalho de formiga, histórico e de resiliência que vem sendo feito ele precisa ser ouvido
831 pelas instâncias de decisão e serem incorporados nos instrumentos legais, porque enquanto
832 não entra nos instrumentos legais são demandas sociais e precisa se expressar para que a
833 política seja uma política efetiva. tem-se tido evolução desde o PPA 2012 à 2016 o decreto
834 instituiu que os territórios devem ser ouvidos e isso foi feito, mas por problemas de
835 cronograma a demandas quando chegaram já tinha esgotado o prazo, pois os instrumentos
836 legais tem prazo para serem apresentados pelo Governador há Assembléia Legislativa. O
837 Plano Plurianual foi aprovado no início desse mês, o que está no portal é o projeto de Lei,
838 mas que não sofreu emendas de mudar a estrutura e sim foram feitas mais correção, pois
839 como se sabe o processo de construção participativa é demorado, longo , é debatido e
840 estamos avançando nesse processo de participação que a meta é que seja mesmo efetivo e
841 que as demandas dos municípios que é onde a coisa ocorre e onde a realidade acontece
842 seja prorrogada quebrando o histórico da política de cima para baixo. Então foi importante
843 pegar uma parte das recomendações que estão sendo feitas no âmbito da CIEA, para
844 mostrar e comparar com os instrumentos legais com o que estão com instrumentos para
845 serem efetivamente implantados com respaldo orçamentário e financeiro, existe um gap
846 muito grande, então muito foi feito e muito ainda está sendo feito, mas ainda precisam-se
847 desenvolver mais esforços para transformarem essas aspirações em instrumentos legais.
848 Então no PPA se encontra todos os programas de Governo, além do programa de recursos
849 hídricos e Meio Ambiente. O que tem acontecido no processo de planejamento, é que as
850 Secretarias têm percebido que a realidade não é setorial, ela é transversal, é dinâmica.
851 Então em termos de captar essa transversalidade e essa dinâmica da sociedade tem-se
852 conseguido colocar no plano, mas transformar a execução, fazer com que as instituições se
853 reúnam para debater na hora da execução, esse tem sido um grande entrave e dificuldade.

854 .A estrutura dos programas são: indicadores; compromissos; metas e que muitas vezes
855 existem compromissos que tem metas de várias Secretarias e as iniciativas, então no PPA
856 não entra o orçamento e a LOA de 2020 que vai começar executar . O PPA é uma política
857 para os quatro anos, mas de qualquer forma paralelo ao processo de elaboração do
858 programa de recursos hídricos que a CIEA participou coordenando a mesa e houve a
859 participação da SEMA, então o espaço de escuta está disponível, mas a nível dos territórios
860 que esse trabalho de mobilizar as escolas, as comunidades e das associações é importante
861 elas estarem presentes no momento das escutas e formalizar as suas demandas, mas já é
862 um salto enorme, visto que, anteriormente não tinha-se essa prática.

863 Quando havia dito que ainda existe uma distância entre o que se pensa de desenvolvimento
864 sustentável e preservação do meio ambiente e de integração e difusão do conhecimento e
865 em relação de respeito ao patrimônio ambiental, está longe, mas já conseguiu neste PPA
866 2020 em três programas a inclusão da educação ambiental, um deles foi o programa 304 o
867 desenvolvimento rural é um que teve dois avanços o destaque a educação ambiental foi
868 Atender famílias com Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), com foco na gestão,
869 produção, comercialização, e sistemas produtivos de base agroecológica e foi uma
870 demanda territorial no sistema de planejamento já se tem registrado temas que os territórios
871 e a sociedade apresentaram no que se refere ao planejamento e é um indicador do quão
872 longe está, então seria interessante que o programa de desenvolvimento rural tivessem
873 várias recomendações com escutas de vários territórios, ou seja, o ideal é que se
874 alcançasse essa mobilização de se estender a nível das representações territoriais
875 conhecendo as suas realidades fazer a sua demanda.

876 No que se refere ao programa 305 de desenvolvimento urbano foi incluído a través de
877 escuta o apoio a projetos de recuperação das nascentes e matas ciliares; pagamento de
878 serviço ambientais e educação ambiental; despoluição dos rios e construção de aguadas;
879 microbarragens e aterros sanitários (consórcios), tendo como justificativa obras resíduos
880 sólidos . No que se refere ao programa 306 Educação foi incluído através de escuta
881 fortalecer a Política de Educação Ambiental no ensino formal e não formal, tendo como
882 justificativa a iniciativa para realizar ações de educação ambiental.

883 No que se refere ao programa 310 Meio Ambiente e sustentabilidade um dos
884 compromissos desse programa é a educação ambiental, é a primeira vez que o PPA tem um
885 compromisso específico da educação ambiental.

886 Zanna Matos – SEMA passou para os encaminhamentos das reuniões: CT de Municípios e
887 Territórios vai encaminhar para a coordenação a minuta da recomendação para ser
888 socializada pelo plenário e aprovada na próxima reunião, o prazo estabelecido foi
889 29/11/2019. A CT de Águas e Unidades de Conservação vai encaminhar a coordenação o

890 link do formulário para ser enviado as partes e o prazo estabelecido foi 15/12/19. A CT de
891 EA formal vai enviar aos membros da CIEA a Recomendação 5 e 6 publicada em diário
892 oficial,o prazo estabelecido foi 20/12/19. Todas as CT's enviar para a coordenação os
893 documentos elaborados e os planos de ação para ser encaminhados aos membros da
894 CIEA, com planejamento para 2020, o prazo estabelecido foi 15/12/19. Com relação à
895 moção foi feita uma proposta de texto e foi falado de enviar não só ao Secretário da SEMA,
896 como ao governador, quem vai protocolar isso para o governador depois das assinaturas. E
897 passou a lê o texto da moção.

898 Matilde Gonçalves – AMAM informou que está finalizando o curso de condutores ambientais
899 em Massarandupió , que teve a participação da UNIVASF – Universidade federal do Vale do
900 São Francisco, da prefeitura Municipal de Entre Rios e da AMAM – Associação de
901 Moradores e amigos de Massarandupió. Com isso o município vai contar com 45 condutores
902 ambientais que vai se for dia 10/12 e isso é uma grande esperança de pessoas que vão
903 trabalhar nessa área da educação ambiental e paralelo a isso a UNIVASF está fazendo um
904 estudo científico sobre a implantação de um monumento natural lá em Massarandupió a
905 nível municipal, então também é outra expectativa para o município. Sinalizou que já foram
906 feitas as mobilizações nas comunidades de entorno e agora já se vai para o projeto de lei e
907 a realização das audiências públicas.

908 Ana Cláudia Magalhães – Educação Básica informou que conseguiu que uma vereadora
909 Luciana Tavares de Lauro de Freitas pudesse colocar para ser analisado o projeto de Lei do
910 Parque Ecológico de Ipitanga que é algo que a Associação de Moradores de Ipitanga está
911 nessa batalha a quatro anos, porque hoje a situação de Lauro de Freitas é que o único
912 resquício de restinga, a parte verde de Mata Atlântica é essa parte de Ipitanga e o objetivo
913 desse projeto é delimitar essa área que fica as margens do Rio Sapato, na região de
914 Ipitanga que não só vai favorecer ao bairro, mas também a cidade como um todo. Existe
915 evidentemente uma demanda de análise desse projeto, mas está sendo acompanhado e a
916 torcida é para que se consiga efetivamente este tão sonhado espaço que levará
917 evidentemente a educação ambiental não só no bairro de Ipitanga, mas para toda cidade,
918 que conta com um pequeno parque ecológico na área de Vilas do Atlântico, mas as escolas
919 do nível fundamental tem um contato direto com a natureza e com algumas atividades de
920 educação ambiental. Outra questão é que ela está levando as demandas discutidas aqui na
921 CIEA para o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Lauro de Freitas e em relação a
922 política de educação ambiental municipal ainda não está avançando, mas já existe uma
923 proposta sendo discutida para que, provavelmente em 2020 possa dar um retorno positivo a
924 CIEA no que se refere a essa política. Em relação ao projeto SEMEAR desenvolvido pela

925 AME Ipitanga que vai ser finalizado no dia 12/12, feito durante todo ano com formação de
926 algumas oficinas educativas e de pertencimento ao Rio Sapato com o pessoal de
927 fundamental dois na circunvizinhança do Rio Sapato e nesse dia 12 o projeto fará
928 mobilização com esse alunado que participou desse projeto e com outras entidades também
929 de plantio de mudas nativas na região do Rio Sapato, na rua Martiniano Santana e convidou
930 todos a participarem.

931 Zanna Matos – SEMA pontuou que a Secretaria está construindo um termo de referência
932 para um recurso de compensação a Apa Joanes Ipitanga e como lá já se tem o programa de
933 educação ambiental que foi finalizado ano passado, fruto de verba de compensação e
934 programa de educação de comunicação, está se inserindo agora com esse novo recurso de
935 compensação a estruturação da política pública municipal de educação ambiental nos oito
936 municípios que compõem a APA e aí vai desde a parte de mobilização, participação e
937 formação dos municípios para que formem seus colegiados e elabore as suas políticas.
938 Então isso vai ser um piloto na Apa Joanes Ipitanga porque teve a oportunidade do recurso
939 de promover e apoiar os municípios nessa estruturação da política pública municipal de
940 educação ambiental. Então ano que vem se Deus quiser já vai ter isto contratado e começar
941 o movimento.

942 Bernadedth Rocha – UMBU pontuou que teve uma experiência agora bem interessante no
943 município de Senhor do Bonfim, vocês sabem que lá já tinha o viveiro e esse viveiro foi
944 ampliado e foram aproveitados 250 pneus, com eucaliptos que foram doados pela empresa
945 que está fazendo a linha de transmissão da eólica e foi feita uma encosta de sustentação
946 porque fica em uma ribanceira e é bem interessante e quem tiver oportunidade e tiver por
947 perto e quiser conhecer a experiência e vê como isso foi feito e foi muito interessante, pois
948 isso foi feito só com o trabalho dos jardineiros e todo resto foi de compensação e doação de
949 empresas e o viveiro já possui 5 mil mudas.

950 Maria do Rosário Freitas – INEMA Unidade regional da Chapada Diamantina informou em
951 relação ao subcomitê Bahia sem fogo que hoje se trabalha com a gestão de Unidades de
952 conservação e o subcomitê solicitou que fosse preparado um plano de ação de que forma a
953 educação ambiental poderia colaborar na prevenção dos incêndios florestais, pontuou que
954 tem se reunido no conselho gestor da Apa nascente Rio de Contas e no conselho gestor da
955 Apa Maribus Iraquara e avançou-se para a construção de um plano que envolve as várias
956 instituições, as brigadas, as Universidades, municípios para poder agora colocar esse plano
957 em execução. É um problema muito grave, tem um fundo cultural muito forte, as vezes se
958 desestabiliza porque teve-se ações muito fortes nos municípios de Rio de Contas com

959 seminário de prevenção junto com os brigadistas e bastou a seca chegar no auge e o
960 pessoal tem pouca informação as questões do clima tempo e ai começam a colocar fogo e
961 a chuva nunca vem no tempo esperado e com isso tem perdas de milhares de hectares de
962 área conservada. E depois esse plano de ação será encaminhado para análise da CIEA.
963 Zanna encerrou a reunião agradecendo a colaboração de todos. Esta ata será
964 assinada por todos os membros presentes.

965

966

967 **Membros Presentes:**

968 José Carlos Oliveira - SEMA

969 Zanna Maria Rodrigues de Matos – SEMA

970 Duwillami Embirassu de Arruda - SEC

971 Roberto Maximiano Pereira – SEPLAN

972 Dinete Ferreira Mota – SEDUR

973 Bernadedth S. Rocha Simões - UMBU

974 Jorge Luiz Faria Silva – ABENFAC

975 Joás Brandão Souza – GAP

976 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – Comunidades Tradicionais

977 Matilde Pereira Gonçalves - AMAM

978 Mariana Moraes dos Santos - Bioma Mata Atlântica

979 Marivaldo Justiniano dos Santos – Bioma Cerrado

980 Sullen Fônseca dos Santos - Rejuma

981 Vanilton de Jesus Santos – FETAG

982 Ana Cláudia Magalhães – Ensino Básica